

PRINCÍPIO DA LIBERDADE ASSOCIATIVA E SINDICAL

= liberdades garantidas pela CF/88

- são livres tanto a **filiação** como a **desfiliação**
- não é admitida nenhuma cláusula de sindicalização forçada

PRINCÍPIO DA AUTONOMIA SINDICAL

= os sindicatos devem poder se organizar **sem interferências** do Estado e das empresas

- é **proibida a exigência de autorização** para constituição de sindicatos (mas exige-se registro no órgão competente)
- **limitações** =
 - unidade sindical
 - poder normativo da Justiça do Trabalho

PRINCÍPIO INTERVENIÊNCIA SINDICAL NA NORMATIZAÇÃO COLETIVA

= para ser válida a normatização coletiva, deve ter havido **participação do sindicato representante dos trabalhadores**

⚠ **ATENÇÃO!** a participação do **sindicato patronal** não é obrigatória!

PRINCÍPIO DA EQUIVALÊNCIA ENTRE CONTRATANTES COLETIVOS

sindicato patronal empresa sindicato obreiro

as partes envolvidas no Direito Coletivo devem ter **tratamento jurídico equivalente e força semelhantes**

PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA NA VONTADE COLETIVA

→ a Reforma Trabalhista conferiu maior poder de negociação aos sindicatos

- = o **Poder Judiciário** deve **intervir minimamente** na autonomia da vontade coletiva
- o Judiciário analisará **exclusivamente** a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico (art. 104 do CC), e não seu conteúdo.
- se o sindicato concordou, presume-se que os **termos são benéficos** aos empregados (e não devem ser alteradas ou anuladas pelo judiciário)
- parte da doutrina defende que a análise do juiz não pode se limitar apenas aos requisitos do art. 104 do CC.

PRINCÍPIO DA CRIATIVIDADE JURÍDICA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

- = a negociação coletiva pode **criar normas jurídicas** (comandos abstratos, gerais e impessoais)
- não são cláusulas que abrangem somente o contrato em questão

PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SETORIAL NEGOCIADA

- = as **normas** autônomas **juscoletivas específicas** para um grupo econômico-profissional **podem prevalecer** sobre o padrão geral
- critérios autorizativos:
 - criação de um **padrão setorial de direitos superior** ao geral
 - transação apenas de **parcelas justralistas** de **indisponibilidade** apenas **relativa**

PRINCÍPIO DA LEALDADE E TRANSPARÊNCIA NAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

- = as negociações coletivas devem ser **leais e transparentes**
- vedadas condutas que inviabilizem a formulação das normas

direito coletivo do trabalho

= PRINCÍPIOS =